



Diagnóstico rápido em aleitamento materno em municípios¹

Sonia I. Venâncio²; Maria Mercedes L. Escuder, Marina F. Rea³; Cirlei C. Gomes⁴ e Lílian Cotrim⁵

Muitos são os prejuízos da interrupção precoce do aleitamento materno para a saúde infantil e, no tocante ao estado nutricional, a situação pode ser agravada pela não adequação da dieta do desmame.

A OMS -Organização Mundial da Saúde- recomenda que as crianças sejam amamentadas exclusivamente por seis meses (o que diminui substancialmente os riscos de infecções e mortes infantis neste período), devendo continuar a receber o leite materno até no mínimo os dois anos de idade.

No Brasil, apesar de estudos mostrarem uma tendência de aumento da prática da amamentação nas três últimas décadas, não faltam indícios de que ações de proteção, promoção e apoio à amamentação devem ser intensificadas, uma vez que estamos longe de atingir as metas propostas pela OMS.

Com o processo de descentralização, é fundamental que os gestores municipais obtenham indicadores confiáveis sobre as práticas de alimentação infantil em menores de um ano, com vistas ao planejamento, avaliação e intervenção apropriados. Os levantamentos epidemiológicos realizados em campanhas de vacinação têm se mostrado adequados para a análise da situação da amamentação nos municípios, devido ao seu baixo custo e possibilidade de obtenção de dados representativos da população (em razão da alta cobertura populacional das campanhas de vacinação). É com esse propósito que, desde 1998, o projeto Amamentação & Municípios treina técnicos de municípios para a aplicação de inquérito epidemiológico sobre práticas alimentares em Campanha de Vacinação, além de prestar assessoria na avaliação dos resultados. Os indicadores obtidos a partir dessa pesquisa têm sido úteis para sensibilizar gestores municipais e profissionais de saúde sobre a necessidade de implementação de ações de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno. O Projeto também tem possibilitado um diagnóstico da situação da amamentação no Estado de São Paulo, o que viabiliza a definição de uma política em nível estadual.

Metodologia

Os municípios participantes designam dois responsáveis para participar de um treinamento e coordenar a pesquisa no local. O treinamento realizado no Instituto de Saúde tem duração de 8 horas, no qual são abordadas as questões de metodologia da pesquisa, a organização da coleta de dados, a supervisão de campo e a análise dos dados.

O questionário é composto por perguntas fechadas e inclui perguntas sobre a alimentação da criança nas últimas 24 horas, bem como dados sobre características maternas e das crianças.

Os participantes recebem o software AMAMUNIC, elaborado com apoio financeiro do UNICEF para tornar o município autônomo na digitação dos dados e obtenção de relatórios padronizados com os indicadores de amamentação propostos pela OMS.

Resultados

De 1998 até 2001, 208 municípios realizaram a pesquisa totalizando 156.041 crianças menores de um ano e, nos 4 anos de desenvolvimento do projeto, identificamos grande motivação das equipes municipais para a implementação da proposta, o que demonstra sua viabilidade operacional, além da possibilidade de utilização dos dados para a discussão e implementação de ações de incentivo à amamentação. Cabe ressaltar que alguns municípios têm a experiência de repetir o estudo 2 ou 3 vezes, o que mostra a possibilidade de adoção dessa proposta para o monitoramento dos indicadores de amamentação.

No quadro 1 apresentamos a porcentagem de crianças menores de 4 meses em amamentação exclusiva, segundo a região (DIR) e o número de municípios participantes no período de 1998 a 2001.

Têm-se verificado que a prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de 4 meses apresenta uma enorme diversidade entre os municípios e regiões estudadas. No entanto, a prevalência média do conjunto de municípios que realizaram o inquérito em 1998, 1999, 2000 e 2001 é semelhante (em torno dos 20%) reiterando a necessidade de intensificação das ações pró-amamentação.

Em 2002 contamos com o apoio da Organização Panamericana de Saúde - OPAS para o desenvolvimento de um projeto similar no Estado da Paraíba, o que consubstancia a expansão da proposta nos próximos anos para outros estados brasileiros.

1 Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde - CEPIS; desenvolvido com apoio do COSEMS/SP, NUPENS/FSP-USP, UNICEF e OPAS.

2 Coordenadora do projeto, pesquisadora do IS (amamunic@isaude.sp.gov.br).

3 Pesquisadoras do IS.

4 Bolsista CNPq ATP

5 Ex-aprimorada FUNDAP.

Quadro 1 . Prevalência da amamentação exclusiva em menores de 4 meses nos municípios estudados, segundo DIR e ano de aplicação da pesquisa. São Paulo, 1998/2001.

DIR	1998 (n.º de municípios)	1999 (n.º de municípios)	2000 (n.º de municípios)	2001 (n.º de municípios)
Santo André		21,7% (4)		
Mogi das Cruzes		14,3% (4)	11,5% (1)	19,4% (2)
Franco da Rocha			17,0% (2)	23,8% (1)
Osasco		15,0% (5)		16,6% (3)
Araçatuba	8,7% (3)	14,7% (17)		
Assis		14,7% (3)		17,4% (9)
Barretos	8,2% (20)			16,5% (14)
Bauru		12,6% (1)		
Botucatu		15,1% (6)		27,8% (1)
Campinas	39,5% (1)	22,2% (4)	21,7% (3)	21,0% (9)
Franca		14,5% (2)		
Marília	27,4% (28)	20,1% (1)		28,1% (2)
Piracicaba		11,0% (12)		32,1% (1)
Pres.Prudente	18,0% (1)	17,5% (8)		
Registro	31,8% (3)	41,1% (3)		27,5% (2)
Ribeirão Preto		18,5% (1)		15,7% (2)
Santos	32,7% (3)	41,0% (3)		35,0% (2)
S.João da Boa Vista		24,7% (7)		20,1% (2)
S. José do Campos	37,0% (1)	31,6% (3)		43,5% (2)
S. José do R.Preto		27,1% (2)		28,3% (3)
Sorocaba	19,3% (24)	17,6% (25)	17,3% (1)	27,0% (10)
Taubaté		23,3% (1)		26,8% (3)

() entre parêntesis coloca-se o n.º de municípios que realizaram a pesquisa naquele ano